



**CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

SC Parcerias e Participações S.A.

Ano Referência: 2019

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Artigo 8º, inciso I, com base nos modelos apresentados pela Instrução Normativa Conjunta SEF/SCC Nº 5, de 28 de maio de 2018, (anexos III e IV, Carta Anual de Políticas Públicas e Carta Anual de Governança, Corporativa; respectivamente), foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas e governança corporativa da empresa SC Participações e Parcerias S.A., referente ao ano base de 2019.

ÍNDICE:

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	2
ÍNDICE	3
1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
1.1 INTERESSE PÚBLICO	5
1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
2.2.1 Produtos e serviços comercializados	9
2.2.2 Receita e lucro por segmento	13
2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	15
2.2.1 Demonstrações Financeiras	15
2.2.2 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios	15
2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	16
2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	19
2.5.1 Matriz de riscos	19
REFERÊNCIAS	21

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Quadro 01 - Apresentação da SCPAR.

Identificação Geral	SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR
CNPJ:	07.293.552/0001-84
Endereço	Rodovia SC 401 - km. 5, nº 4.600 – bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC
Tipo Estatal:	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador:	Estado de Santa Catarina
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de Capital:	Capital Fechado
Abrangência de Atuação:	Nacional
Diretor Administrativo Financeiro:	Jeferson Machado
Auditores Independentes atuais da empresa:	VGA Auditores Independentes SS
Conselheiros Fiscais atuais da empresa:	Giglione Edite Zanela Maia Márcio Ferreira Luiz Felipe Ferreira
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:	Presidente: Ricardo Moritz Vice-presidente: Guilherme Pereira Oliveira Carlos Alberto Crispim Leo Marco Nunes Meira Gisele de Faria
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:	Diretor Presidente: Enio Alberto Parmeggiani Diretor: Jeferson Machado Diretor: Paulo Gilberto Cardoso Cunha
Data da Divulgação Demonstrações Financeiras do Ano de 2019:	24/07/2020

1.1 INTERESSE PÚBLICO

A SCPAR é uma empresa de Economia Mista que atua no apoio à geração de investimentos no Estado nos setores de logística portuária, desestatizações, através da coordenação e estruturação de projetos do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). A empresa também atua como controladora dos portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e na gestão direta do Porto de Laguna, desenvolvendo neste último a função de Autoridade Portuária. Dessa forma, contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social catarinense.

O interesse público subjacente às atividades desenvolvidas pela Companhia está retratado em seus elementos estratégicos, em especial em seus valores norteadores, a saber:

- Excelência nos serviços;
- Zelo pelos ativos públicos;
- Foco em resultados;
- Valorização dos colaboradores;
- Gestão transparente.

1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma a contribuir com as políticas públicas do Estado de Santa Catarina, assim como do Governo Federal, a SCPAR tem como objeto social, conforme descrito no Art. 4º de seu Estatuto Social:

I – Promover a geração de investimentos no Território Catarinense;

II – Comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; e

IV – Desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

E para cumprir os objetivos expressos acima, a Companhia poderá, de acordo com a Seção IV de seu Estatuto Social:

Estruturar ou participar de operações de mercado financeiro e de capitais, bem como outras modalidades de negócio que visem à promoção de investimentos, entre outros, em:

I - aeroportos, inclusive seus acessos;

II - educação, saúde, segurança pública e turismo;

III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;

IV - geração e transmissão de energia;

V - logística de todos os modais;

VI - parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia;

VII - portos, marinas e obras costeiras;

VIII - rodovias;

IX - saneamento básico;

X - sistemas de mobilidade urbana; e

XI - telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação.

A empresa poderá ainda:

I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto: a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços; b) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;

II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;

III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observada a legislação pertinente;

IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;

V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;

VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;

VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;

X- integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e

XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

Dentro das possibilidades de atuação para cumprir com seu objetivo social, a SCPAR vem concentrando esforços no desenvolvimento de negócio nos setores de logística portuária e desestatizações.

A atuação da SCPAR no segmento portuário visa profissionalizar e agregar valor à gestão dos Portos Públicos em Santa Catarina, através de apoio na modernização do modelo e práticas de gestão, serviços técnicos de análise econômico-financeira e elaboração de projetos de financiamentos e investimentos. Esta atuação tem como objetivo não somente trazer maior eficiência na gestão desses ativos, como alcançar maior desenvolvimento econômico para as áreas no entorno dos Portos e elevar o potencial de arrecadação de impostos para o Estado de Santa Catarina.

Como fonte de recursos para atuar nessa área a SCPAR está estruturando o compartilhamento de custos direto, por meio de ressarcimento, para os esforços realizados em apoio a gestão dos portos.

Em relação à área de atuação de desestatização, desde a sua concepção, a SCPAR foi fundada como empresa de estruturação de projetos de PPPs e concessão no Estado de Santa Catarina. Os projetos desta área incluem as parcerias público-privadas previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos. Cabe à companhia a realização de estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.

Recentemente, a Lei Complementar nº 741/2019 garantiu à SCPAR a coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-

SC). Com esta atribuição a SCPAR reafirma seu objetivo de trabalhar lado a lado com as Secretarias de Estado, Autarquias, Empresas Públicas e de Economia Mista, assim como com a iniciativa privada, para elevar a competitividade, gerar riquezas e melhorar a vida da população catarinense.

Como fonte de recursos para atuar na área de desestatização a SCPAR trabalha por meio de acordo de cooperação técnica e receberá, em cada projeto, valores de ressarcimento por custos operacionais utilizados no assessoramento técnico especializado, conforme disciplina o parágrafo 4º do art. 6º do Decreto Estadual 468, de 13 de fevereiro de 2020.

Por fim, a SCPAR também dispõe de instrumentos como o aporte de capital em empresas (públicas ou privadas), além de atuar no comitê da Investe-SC, agência que presta suporte aos empreendedores que buscam o Estado de SC para sediar seus empreendimentos.

Devida à restrição de caixa atual da companhia, para o ano de 2020 e 2021 não estão previstos investimentos nesse eixo.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A SCPAR tem buscado aprimorar suas práticas de Governança Corporativa, *Compliance* e Gestão de Riscos.

Para tanto, a empresa incluiu no seu Planejamento Estratégico o objetivo de “Institucionalizar a governança corporativa e Gestão de Riscos”, fez alterações em seu organograma de forma a adequar a estrutura às boas práticas de governança, elaborou procedimentos e regulamentos, alterou seu Estatuto Social para incluir obrigações de boas práticas de gestão. Concomitantemente elaborou seu Código de Conduta e Integridade para orientar todos os colaboradores e gestores a atuarem com uma compreensão clara dos valores a serem seguidos no âmbito de atuação dos negócios da empresa, trazendo orientações para o comportamento pessoal e profissional sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude.

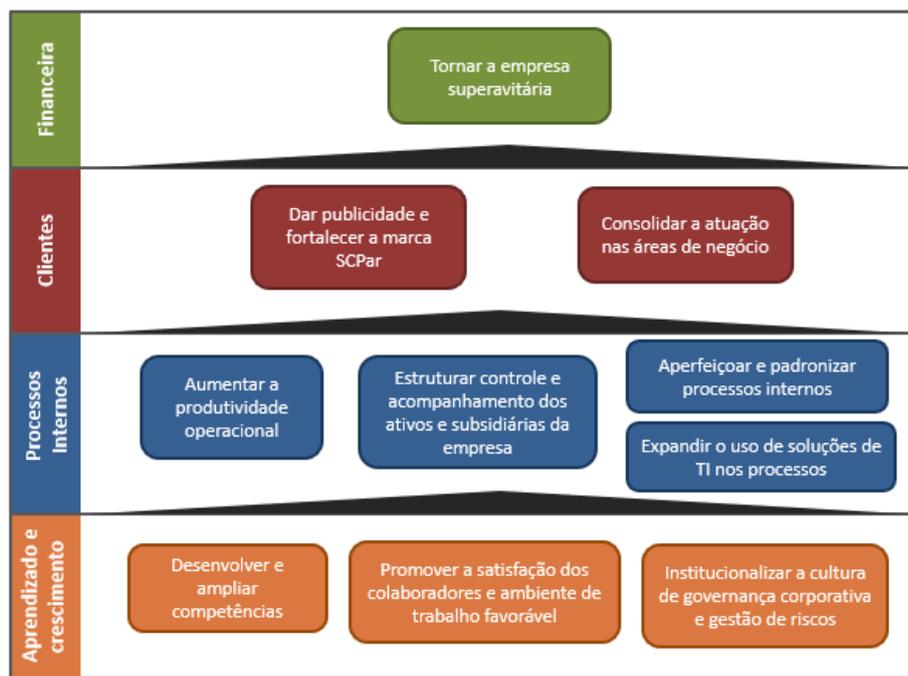
Com o intuito de fortalecer o modelo de linhas de defesa da empresa, além de dar cumprimento aos mandamentos da Lei 13.303/2016, no final de 2019 foram separadas as áreas de Controladoria Interna e Auditoria Interna e adicionada a atividade de gestão de riscos e *Compliance* na estrutura empresarial, proporcionando um maior grau de autonomia e independência nas atuações. Como desdobramento desta ação, estão em desenvolvimento as ações de revisão e padronização de processos das áreas de Controle Interno, Gestão de Riscos e a implementação do programa de *Compliance*, que devem se estender até meados do próximo ano.

A empresa também vem trabalhando no projeto de aprimoramento dos métodos de transparência, reestruturando seu website e organizando a divulgação das informações

relativas às licitações, contratos, remunerações, demonstrativos financeiros, relatório socioambiental, dentre outros, prezando sempre pelo bom uso dos recursos públicos.

Dentre as práticas de gestão, cabe citar a importância das ferramentas Planejamento Estratégico de Longo Prazo e Plano Anual de Negócios, elaborados no âmbito das adaptações à Lei 13.303/16, nos quais estão pautadas as ações da empresa e estabelece os seguintes objetivos estratégicos para o período 2020-2024:

Figura 1 - Mapa Estratégico



2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.2.1 Produtos e serviços comercializados

O quadro a seguir demonstra os serviços desenvolvidos pela SCPAR, bem como seus principais clientes.

Quadro 2 – Serviços SCPAR

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
Participações Acionárias	Por meio de aporte financeiro em empresas no território catarinense, com o objetivo de viabilizar uma proposta de negócio empresarial, a SCPAR torna-se acionista dessas empresas. Após decorrido determinado período, definido em acordo de acionistas, a empresa investida recompra as ações da SCPAR, permitindo que o capital possa ser aplicado em outras empresas, alavancando novos negócios.	SCPAR Porto de Imbituba S.A. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. Sapiens Parque S.A. CASAN S.A. TAC - Mottors Automotiva Catarinense S.A. Fundo SC-FIP Capital Semente Inovação

Estruturação de projetos de desestatização	Desenvolvimento e gerenciamento de projetos de desestatização, contemplando a estruturação de projetos de parcerias público-privadas (PPPs), previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos do Estado de Santa Catarina, onde são realizados estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.	Secretarias de Estado e órgãos da administração direta e indireta do Governo de Santa Catarina.
Gestão Portuária	Serviços técnicos de análise econômico-financeira de investimentos e elaboração de projetos de financiamentos e investimentos. Apoio na modernização das práticas de gestão e na administração dos empreendimentos portuários. Operação direta de empreendimento portuário.	SCPAR Porto de Imbituba S.A. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. SCPAR Porto de Laguna
Gestão de empreendimentos estratégicos para Santa Catarina	Desenvolvimento e gerenciamento de programas, projetos e empreendimentos estratégicos para a geração de investimentos no território catarinense, visando ao desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina.	Clientes potenciais: Secretarias de Estado e órgãos da administração direta do Governo de Santa Catarina.
Assessoria na atração de investimento para o Estado	Articulação de apoio aos investidores interessados em investir no território catarinense, através da interlocução com órgãos públicos, federais, estaduais e municipais.	Clientes potenciais: Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Secretaria de Estado de Comunicação, FIESC e Investe SC.

No ano de 2019 foram realizadas ações e projetos com vistas a aperfeiçoar a gestão e a infraestrutura dos portos delegados – Porto de São Francisco do Sul, Porto de Imbituba e Porto de Laguna – além da modelagem de desestatização de ativos do Estado de Santa Catarina.

No âmbito da gestão portuária obtivemos ótimos resultados nos Portos de Imbituba e São Francisco do Sul. O desempenho financeiro do Porto de Imbituba superou todos os dados históricos, atingindo a marca de 99,6 milhões de faturamento, um crescimento de 27% em relação ao ano anterior, motivado principalmente pela inclusão de novas cargas no complexo portuário. Já no Porto de São Francisco do Sul, em 2019, o faturamento aumentou cerca de 36% em relação ao ano anterior, mais precisamente 18,9 milhões, o que o levou a continuar em 1º lugar no ranking de Portos Públicos em Santa Catarina em relação a movimentação de carga.

Destacamos as ações desenvolvidas no Porto de São Francisco do Sul com Plano de Investimentos e Programa de Financiamento, projeto que tem como objetivo possibilitar a

melhoria operacional do Porto, além da integração, a adequação e a preservação dos sistemas modais de transporte existentes. Iniciado em 2019, o projeto tem como escopo a modernização operacional do porto, com investimentos específicos em: (I) Melhorias para a navegação pelos canais de acesso marítimo; (II) Melhorias operacionais e instalação de novos berços; (III) Melhorias para o sistema de armazenagem; (IV) Melhorias operacionais no cais; e (V) Modernização de sistemas e equipamentos relacionados a atividade operacional.

Nesse contexto, a melhoria operacional e o aumento da acessibilidade do Porto permitirão a diminuição de custos, prazos e a garantia da qualidade dos serviços portuários prestado.

Outra ação desenvolvida no Porto de São Francisco do Sul foi a retomada da operação do Corredor de Exportação e da área de armazenagem (Terminal Graneleiro), anteriormente sob a administração da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

Ainda na área portuária, uma importante conquista para a empresa neste ano foi a transferência da delegação do Porto de Laguna da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) para o Governo do Estado de Santa Catarina, representado pela SCPAR.

O empreendimento de grande potencial para a região, que vinha apresentando prejuízos e ineficiência operacional ao longo das administrações anteriores, agora nos traz este desafio de reestruturação, para o qual serão empregados esforços e recursos a fim de alavancar sua produtividade e recuperar seu potencial produtivo.

Já no âmbito das desestatizações, atividade de destaque dentro do plano de governo atual, a SCPAR, unidade gestora do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC), iniciou o desenvolvimento de uma série de projetos nas áreas de turismo, saúde e segurança do estado, que estão em continuidade em 2020.

Um dos projetos trabalhados no período foi o Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Em 10 meses a SCPAR, em parceria com a SANTUR, elaborou todos os documentos licitatórios e enviou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC). Em dezembro de 2019, o TCE liberou o lançamento do edital que, inicialmente teria a sessão de abertura dos envelopes no dia 06 de abril de 2020, mas por conta da pandemia, o edital foi suspenso e relançado no dia 14 de setembro de 2020, prevendo uma inovação no processo licitatório, que é a concorrência semipresencial.

Destacamos ainda as duas parcerias público-privadas (PPPs) inéditas em Santa Catarina. A primeira referente à construção de novas unidades penitenciárias em Blumenau, com apoio do Governo Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nessa modelagem, teremos quase 100% dos apenados trabalhando nas unidades fabris dentro da penitenciária, gerando um fundo rotativo que auxiliará na própria manutenção do presídio.

O outro projeto trata da construção, operação e manutenção do Complexo Hospitalar de Santa Catarina, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que já disponibilizou 800 mil dólares para a sua execução. A estruturação prevê um Complexo com dois hospitais gerais, um infantil e uma maternidade. O Hospital Celso Ramos e a

Maternidade Carmela Dutra passarão a funcionar no terreno onde hoje já se encontra o Hospital Nereu Ramos e o Hospital Infantil Joana de Gusmão, unificando as atividades e reduzindo os custos de operação.

O projeto de concessão do Terminal Rodoviário Rita Maria também está avançando e neste primeiro trimestre do ano lançaremos o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para recebermos estudos técnicos da iniciativa privada. Com isso, faremos a avaliação destes estudos, a fim de elaborarmos o melhor modelo para o Estado, seguindo o conceito que existe hoje nos aeroportos e, assim, lançarmos definitivamente a licitação para a gestão do equipamento. Nossa expectativa é que o Rita Maria volte a ter o protagonismo do centro de capital, como já foi no passado.

Lembramos que o pipeline do Programa ainda contempla a execução de outros projetos de desestatização de ativos que constam no Programa de Parcerias e Investimentos – PPI-SC.

No que diz respeito ao desenvolvimento e gerenciamento de programas, projetos e empreendimentos estratégicos para a geração de investimentos no território catarinense, a empresa atua no apoio a gestão dos Portos de São Francisco do Sul e Imbituba, suas subsidiárias integrais, contribuindo com o desenvolvimento do setor portuário e para a economia do Estado de Santa Catarina.

A assessoria na atração de investimento para o Estado tem sido realizada por meio de participação no Comitê Técnico da “Investe SC”. Com isso, tem sido possível articular apoio aos investidores interessados em investir no território catarinense, através da interlocução com a Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC).

As atividades da SCPAR no âmbito da Investe SC podem ser acessadas por meio do endereço eletrônico <http://www.investesc.com/>

2.2.2 **Receita e lucro por segmento**

No ano de 2019 a SCPAR obteve receita líquida proveniente de comercialização de serviços diretamente oferecidos pela empresa no montante de R\$ 247.701,19, sendo R\$164.470,37 advindos do projeto de consultoria na área de Gestão Portuária e R\$83.230,82 das operações do Porto de Laguna.

No que diz respeito aos portos de Imbituba e São Francisco do Sul, a empresa tem direito a receber os dividendos obrigatórios das controladas. Contudo, por força do contrato de Delegação da administração dos portos, a SCPAR necessita reinvestir essa receita em atividades/estruturas/demandas exclusivas destes portos. Após a apuração de resultados dos portos referente ao ano de 2019, a SCPAR deverá receber, a título de dividendos, o valor de R\$9.248.024,86 da SCPAR Porto de Imbituba e R\$979.006,81 da SCPAR Porto de São Francisco do Sul.

A filial SCPAR Porto de Laguna pesar de apurar receita no valor de R\$83.230,82, apresentou resultado negativo devido a necessidade de investimentos e custeio operacional.

Quanto às participações acionárias, a SCPAR tem direito aos dividendos pagos anualmente pela CASAN aos seus acionistas. Referente ao ano de 2019, devido ao resultado positivo da CASAN, a empresa deverá receber o valor de R\$5.592.554,50.

O Sapiens Parque S.A. e a TAC - Motors Automotiva Catarinense S.A. apontaram resultado negativo em 2019, não sendo possível a obter dividendos destas empresas para o referido exercício.

A SCPAR não obtém receita proveniente das atividades desenvolvidas junto a Investe SC.

Outros ingressos financeiros da empresa foram decorrentes de investimentos avaliados pelo patrimônio líquido e receita financeira, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Investimentos e Receitas recebidos/à receber referente ao ano 2019

Investimentos	Retorno de investimento ou Receita (R\$)	Percentual do ingresso financeiro total (%)
Participações acionárias		
Dividendos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.	9.248.024,86	50,6%
Dividendos da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.	979.006,81	5,4%
Dividendos da CASAN	5.592.554,50	30,6%
Subtotal	15.819.586,17	86,6%
Receita Operacional		
Receita Portuária – SCPAR Porto de Laguna	83.230,82	0,5%
Receita de Consultoria em Gestão Portuária	164.470,37	0,9%
Subtotal	247.701,19	1,4%
Receita financeira		
Receita de aplicações	1.928.867,64	10,6%
Variação monetária ativa	267.056,11	1,5%
Subtotal	2.195.923,75	12,0%
TOTAL	18.263.211,11	100,0%

Fonte: elaborada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da empresa

2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

2.3.1 Demonstrações Financeiras (2019)

A SCPAR Holding auferiu lucro de R\$7.220.571,74 no exercício de 2019, em face do resultado da equivalência patrimonial e dividendos oriundos dos Portos, conforme se observa na **Tabela 2**. Os custos e despesas operacionais montam em aproximadamente oito milhões de reais, enquanto a receita oriunda das suas operações atingiu o montante de R\$212.403,77.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2019

	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	212.403,77
Prestação de serviços (nota 18)	247.701,19
(-) Impostos sobre serviços (nota 19)	(35.297,42)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(58.168,20)
Custos dos Serviços	(58.168,20)
LUCRO BRUTO	154.235,57
DESPESAS OPERACIONAIS	(7.845.903,94)
Despesas Pessoal e Encargos	(4.601.439,11)
Despesas Gerais e Administrativas	(542.891,93)
Honorários da Administração, Conselhos e Encargos	(1.742.491,37)
Serviços de Terceiros	(886.755,15)
Depreciação	(72.326,38)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	13.538.533,42
Resultado da Equivalência Patrimonial (nota 10.1)	6.770.995,68
Dividendos dos Portos	6.767.537,74
RESULTADOS ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	5.846.865,05
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDOS (nota 21)	1.373.706,69
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.220.571,74
Imposto de Renda Sobre Lucro	-
Contribuição Social Sobre Lucro	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO do EXERCÍCIO	7.220.571,74
Lucro Líquido por Ação	0,02

2.3.2 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios (2019)

O orçamento de custeio e investimento, aprovado no âmbito do Conselho de administração, monta em dez milhões de reais, sendo que a Cia realizou 12,5% abaixo do previsto, conforme se observa na **Tabela 3**.

Tabela 3 – Orçamento 2019

<i>Descrição</i>		Previsto	Realizado
I	SALÁRIOS E ENCARGOS	6.531.658,93	6.343.930,49
1.1	Salários	4.049.314,32	5.095.259,37
1.2	Encargos	2.482.344,61	1.248.671,12
II	IMPOSTOS E TAXAS	132.427,58	149.956,03
III	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	0,00
IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	492.001,59	602.670,15
VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	853.485,15	944.923,35
VII	DESPESAS FINANCEIRAS	4.000,00	720.106,61
TOTAL ORÇAMENTO CUSTEIO		8.013.573	8.761.587
V	INVESTIMENTO	2.000.000,00	0,00
TOTAL ORÇAMENTO INVESTIMENTO		2.000.000	0,0
TOTAL ORÇAMENTO GLOBAL		10.013.573	8.761.587

O orçamento de custeio superou em 9,3% o previsto em face das despesas financeiras, enquanto o orçamento de investimento não foi realizado.

2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2017, 2018 e 2019 apresenta-se a partir dos quadros abaixo:

Quadro 3 – Remuneração 2019

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2019 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
b. Nº total de membros	5*	7	3	3
c. Nº de membros remunerados	5*	7	3	3
d.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	1.064.234,69	248.743,56	95.128,56	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	148.569,48**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	2.400,00***	Não há
Descrição de outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
d.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
d.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
d.iv. Cessaçã do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
d.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
f. Total da Remuneração	1.212.804,17	248.743,56	97.528,56	97.528,56

*No início do exercício constavam 4 membros na Diretoria Estatutária e 8 membros no Conselho de Administração.

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

Quadro 4 – Remuneração 2018

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2018 – valores anuais			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
b. Nº total de membros	4	8	3
c. Nº de membros remunerados	3	8	3
d.i. Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore*	835.077,00	273.204,28	91.068,09
Benefícios diretos e indiretos*	49.063,00	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	16.337,09	2.504,96	2.504,96
Valor médio da remuneração	17.882,62	2.573,71	2.573,71
d.ii. Remuneração variável			
Bônus	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há
d.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há
d.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há
d.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há
e. Observações	Não há	Não há	Não há
f. Total da Remuneração			

Quadro 5 – Remuneração 2017

Remuneração total do Exercício Social de 2017 – valores anuais			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
b. Nº total de membros	4	8	3
c. Nº de membros remunerados	4	8	3
d.i. Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	771.460,00	246.584,00	66.071,00
Benefícios diretos e indiretos	41.814,76	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	18.787,38	2.504,96	2.504,96
Valor da menor remuneração	16.337,09	2.408,92	2.408,92
Valor médio da remuneração	17.562,23	2.456,94	2.456,94
d.ii. Remuneração variável			
Bônus	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	3.000,00	0,00
Comissões	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há
d.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há
d.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há
d.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há
e. Observações	Não há	Não há	Não há
f. Total da Remuneração	813.274,76	249.584,00	66.071,00

2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

2.5.1 Matriz de riscos

A Análise de Riscos Institucional advinda da Estratégia de Longo Prazo: 2020-2024 S.A. da SCPAR detêm os macro fatores de risco aplicáveis ao negócio da empresa, bem como sua macroestrutura de controle e gerenciamento desses riscos. Tal análise pode ser observada por meio do quadro abaixo:

Quadro 6 – Análise de Riscos

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Tornar a empresa superavitária	Dimensão do estado limita o interesse do mercado por certos projetos	Embora haja um interesse natural por regiões de maior industrialização, como SP e MG, nos últimos anos Santa Catarina vem ocupando lugar de destaque no cenário de investimentos, em função dos índices de alfabetização, qualificação de mão-de-obra e IDH.	Estar presente em eventos como o Brazil Investment Forum para divulgar os projetos de Santa Catarina para grandes investidores. Além disso, produzir materiais de divulgação sobre as áreas de investimento do estado e pautar a imprensa local e nacional com os projetos do estado de necessitam de investimentos privados.
Tornar a empresa superavitária	Não retomada da economia	Este risco está associado a variáveis externas de pouco controle por parte do Governo. Fatores como a política, a economia e o mercado influenciam a retomada ou não da economia.	Cabe ao Governo Estadual desburocratizar processos, definir políticas fiscais e incentivar a geração de empregos por meio do estímulo às pequenas, médias e grandes empresas.
Tornar a empresa superavitária	Não efetivação ou grande demora na concretização dos projetos de desestatização, afetando o	É notório que projetos de investimentos privados são de longa maturação e, por vezes, não chegam ao final.	A construção de uma EAP com o passo-a-passo dos projetos e os indicadores de metas estabelecidos pelo Governo Estadual auxiliam no controle desse risco
Tornar a empresa superavitária	Questionamentos de órgãos contábeis (MP e TCE)	Os órgãos de controle são stakeholders diretos dos processos de desestatização, pois fiscalizam e tem o poder de impugnar qualquer projeto de PPP, concessão ou privatização.	Construir os processos em atendimento a todas as orientações dos órgãos de controle, como portarias, resoluções e instruções normativas. Além disso, estreitar o relacionamento da SCPAR com o TCE-SC por meio de visitas à entidade para debater os processos de desestatização do estado de Santa Catarina.

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Consolidar a atuação nas áreas de negócio	Tendência de desestatização/privatização dos portos	Considerando que as estruturas portuárias são de propriedade do Governo Federal, competindo ao Estado apenas a Gestão, com o compromisso de aplicação dos excedentes na própria atividade portuária, a tendência de desestatização é uma realidade frente a avanço e resultados que os portos privados geram para a economia do país. Atualmente 65% da movimentação de cargas é realizada pelos portos privados.	Demonstrar a contribuição social que os portos de interesse público apresentam e demonstrar melhorias efetivas na gestão destes portos. Demonstrar que os detentores de cargas (clientes) sediados no Estado de SC estão sendo atendidos pelos portos públicos.
Consolidar a atuação nas áreas de negócio	Perda da delegação	A perda de delegação pode decorrer do não cumprimento por parte do Estado dos requisitos exigidos pelo Governo Federal no Convênio de Delegação, bem como pode decorrer da reomendação da ANTAQ - órgão regulador e fiscalizador da atividade portuária.	Demonstrar a melhoria na gestão dos portos delegados; Demonstrar a contribuição econômica e social dos portos para o Estado de SC, por meio de evidências objetivas.
Consolidar a atuação nas áreas de negócio	Crescimento dos portos privados concorrentes, que possuem melhores tecnologias e maior poder de investimento	Apesar da Lei que regula a atividade portuária ser a mesma para os portos privados e os portos públicos, os resultados e a competitividade são diferentes. Os portos privados tem apresentado uma melhor eficiência e eficácia, em decorrências de maior flexibilidade de gestão no âmbito privado, associadas ao retorno dos investimentos que o setor privado prioriza.	Modernizar os portos de interesse público; Demonstrar um processo de gestão ágil e eficaz na resolução dos problemas portuários; Ampliar as parcerias com os portos privados e melhor aplicar as tarifas que estes portos pagam para as Autoridades Portuárias Públicas.
Consolidar a atuação nas áreas de negócio	Revés na aprovação do marco legal (PPI) e/ou retirada da competência para realizar as	A falta de um marco legal do PPI pode acarretar em insegurança jurídica para os projetos e consequente afastamento de investidores.	Atuar na contratação de um escritório renomado de advocacia especializado e atuar em conformidade com a legislação atual, superando os gaps
Consolidar a atuação nas áreas de negócio	Perda da credibilidade por não ter um processo finalizado	A ausência de entregas nos anos anteriores, no que diz respeito às PPPs e concessões, pode gerar um olhar de desconfiança sobre os projetos atuais.	A legitimidade que o Governador do Estado tem atribuído à SCPAr, por meio da coordenação do PPI-SC, por exemplo, coloca a empresa em outro patamar de responsabilidade. O cumprimento do cronograma e as entregas feitas até o momento também são fatores de mitigação desse risco.
Consolidar a atuação nas áreas de negócio	Desconhecimento da população em relação ao modelo de PP e concessões	O desconhecimento pode levar a perda de apoio popular para os projetos e aumento de resistências.	Pautar a imprensa com informações positivas sobre as PPPs e comunicar de forma direta à sociedade as ações do governo.

REFERÊNCIAS

_____. **Estratégia de Longo Prazo da SC Participações e Parcerias: 2020-2024.** Disponível em: < <https://www.scpa.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/Estrat%C3%A9gia-de-Longo-Prazo-SCPar-2020-2024-V2-1.pdf> >. Acesso em: 20 set. 2020.

_____. **Plano de Negócios Anual 2020.** Disponível em: < <https://www.scpa.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/Plano-de-Neg%C3%B3cios-Anual-2020-V2-2.pdf> >. Acesso em: 20 set. 2020.